



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ**

Macaé Capital do Petróleo
Lei Estadual nº 6081 de 21.11.2011

TAQUIGRAFIA
REVISÃO-REDAÇÃO

1 ATA da 5ª Audiência Pública (LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias exercício
2 2021) da 4ª Sessão Legislativa da 51ª Legislatura da Câmara Municipal de Macaé,
3 Estado do Rio de Janeiro. Aos 16 (dezesesseis) dias do mês de julho do ano de 2020
4 (dois mil e vinte), no **PLENÁRIO VIRTUAL**, às 10 horas, assumiu a Presidência o
5 Vereador Dr. Eduardo Cardoso Gonçalves da Silva (Dr. Eduardo). Compareceram os
6 Vereadores: Alan Mansur Pereira (Alan Mansur), Dr. Márcio Soares Bittencourt (Dr.
7 Márcio Bittencourt), Cristiano de Almeida Silveira (Cristiano Gelinho), Marcel Silvano
8 da Silva Souza (Marcel Silvano), Paulo Fernando Martins Antunes (Paulo Antunes),
9 Maxwell Souto Vaz (Maxwell Vaz) e Robson Oliveira Constantino (Robson Oliveira).
10 O Sr. Presidente saudou todos e deu início à Audiência Pública da LDO (Lei de
11 Diretrizes Orçamentárias) exercício 2021, que atende à exigência da Lei de
12 Responsabilidade Fiscal (LRF) e Lei Orgânica do Município. A LDO vai nortear a Lei
13 do Orçamento Anual (LOA) para 2021. O Sr. Presidente convidou para compor a Mesa
14 Virtual o Sr. José Manuel Alvitos Garcia, Secretário Municipal Adjunto de
15 Planejamento, e registrou a presença do Sr. Cláudio de Freitas Duarte, Contador da
16 Câmara Municipal de Macaé. O Sr. Presidente franqueou a palavra ao representante do
17 Executivo: Com a palavra, Sr. José Manuel Alvitos Garcia, Secretário Municipal
18 Adjunto de Planejamento, exibiu apresentação em *slides*, explicando que esta audiência
19 pública está fundamentada na Lei Orgânica Municipal, Art. 11, Inciso VIII; Art. 40,
20 Inciso I, e deu detalhes, em que consta, dentre outros, que é atribuição do município a
21 realização de audiência pública da LDO. Fez a leitura do Art. 40 da Lei Orgânica.
22 Explicou que hoje estão inaugurando uma nova modalidade de audiência: *on-line*, por
23 conta da pandemia que acometeu o mundo inteiro. Comentou que a Constituição
24 Federal também fala, no seu art. 165, parágrafo 2º, sobre a LDO e que ela
25 compreenderá as metas e prioridades da administração pública. Como existe um Plano
26 Plurianual já aprovado por lei e, conseqüentemente, de cumprimento obrigatório, essas
27 metas devem ser as que o referido plano contemplou; não podem, sob pena de
28 descumprimento do PPA, prever a inclusão de objetivos que lhe sejam estranhos, por
29 mais importantes e meritórios que eles sejam, salvo se outra lei vier a alterá-lo. O que
30 está no PPA é o que tem que estar na LDO e, conseqüentemente, é o que tem que estar
31 na LOA, havendo harmonia entre os instrumentos. A LDO irá orientar a elaboração da
32 Lei Orçamentária Anual. Registrou que o Município de Macaé teve perda de receita,
33 assim como as esferas estadual e federal. Falou da relação da LDO com a Lei de
34 Responsabilidade Fiscal (LRF), que se estabelece através do Anexo de Metas Fiscais e
35 do Anexo de Riscos Fiscais. Expôs que Macaé está em plena vigência de risco fiscal.
36 Exibiu *slide* com os itens que devem constar nas metas fiscais, de acordo com o Art. 4º,
37 Parágrafo 2º da LRF. Exibiu o protocolo de envio do Projeto de Lei da LDO para a
38 Câmara Municipal de Macaé, com data de 29 de maio do corrente ano. Informou que

Página 1 de 14



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ

Macaé Capital do Petróleo
Lei Estadual nº 6081 de 21.11.2011

TAQUIGRAFIA
REVISÃO-REDAÇÃO

39 todos os vereadores receberam o Projeto de Lei nº 003/2020 e os Anexos, já devem ter
40 avaliado e estão prontos para o debate. Explicou que não irão discorrer sobre os sessenta
41 e três artigos do projeto, apenas destacar alguns. Fez a leitura do Art. 14 do Projeto de
42 Lei. Disse que o Artigo 17 fala de Créditos Suplementares Especiais, fez a leitura e,
43 após, comentou que, em 2013, a proposta da LDO continha um nível de remanejamento
44 num patamar de até 50%, que era bastante exagerado; e, na ocasião, o Executivo se
45 comprometeu com a Câmara dos Vereadores em reduzir esse índice paulatinamente até
46 chegar em um nível aceitável de remanejamento do orçamento. Informou que
47 atualmente estão com um patamar de 20% e, geralmente, não passam de 18%. Fez a
48 leitura do Artigo 18, sobre a transposição, remanejamento e transferência de recursos
49 entre as despesas autorizadas na Lei Orçamentária Anual do exercício financeiro de
50 2021, desde que não se altere o valor total do orçamento. Explicou como funciona.
51 Colocou que há outro artigo importante que é o da dívida municipal interna ou externa e
52 falou sobre ela. Fez a leitura e explicou os Artigos 38, 53 e 56. Enfatizou que são 63
53 artigos e não haveria tempo de ver cada um deles nesta audiência. Exibiu Demonstrativo
54 de Riscos Fiscais e suas providências, projeção de exercício fiscal de 2021 com seus
55 valores correntes e constantes, projetado também para 2021, 22 e 23. O cálculo das
56 metas foi realizado considerando o PIB real, a inflação, a projeção do PIB e receitas
57 correntes também para 2021, 22 e 23. Exibiu relatório da avaliação e cumprimento das
58 Metas Fiscais do exercício anterior, que demonstra a receita total, despesas totais,
59 resultado primário, nominal, dívida pública e dívida pública consolidada líquida. Em
60 2019, a projeção do PIB do Estado era de 687 bilhões aproximadamente e uma receita
61 líquida de 2 bilhões e 115 milhões. Exibiu quadro com metas fiscais atuais comparadas
62 com as fixadas nos três exercícios anteriores. Falou da necessidade de projetar o futuro
63 olhando para o passado. Assim, constam 2018, 2019, 2020, 2021, 2022 e 2023. Mostrou
64 tabela que é evolução do Patrimônio Líquido e constam valores de 2017, 2018 e 2019, e
65 também do regime previdenciário. Disse que é preciso basear-se nos 3 exercícios
66 anteriores para poder dar a base de cálculo para os exercícios subsequentes. Exibiu *slide*
67 da origem e aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos, informando que
68 não houve movimento, não tendo sido feito nenhum leilão, nenhum dispêndio dos
69 ativos no período. Expôs *slide* com receitas e despesas previdenciárias do RPPS e falou
70 que é relatório que trabalha com as contribuições dos segurados, as receitas das
71 contribuições patronais, que é o que o município repassa a sua receita patrimonial, suas
72 receitas correntes e as de capital. Mostrou relatório simplificado de despesas
73 previdenciárias. Sobre o Anexo de Riscos Fiscais, mostrou *slide* de projeção atuarial do
74 regime próprio de previdência dos últimos 3 anos (2018, 2019, 2020) mais os anos de
75 2021, 2022, 2023 e 2024, que demonstra um saldo financeiro, agora em 2020, de 2
76 bilhões 625 milhões e 503 mil. Em 2021, esse saldo vai crescer e, em 2024, esperam

Página 2 de 14

Palácio do Legislativo Natálio Salvador Antunes
Rodovia Christino José da Silva Júnior, s/n. Bairro Virgem Santa
Macaé-RJ. CEP: 27.948-010
Telefone/Fax (022) 2772-4681
E-mail: secretaria@cmmacaee.rj.gov.br
Taquígrafa Legislativa: Eliane Viana Moreira Daher
Revisora: Isabela Figueira de Oliveira



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ**

**Macaé Capital do Petróleo
Lei Estadual nº 6081 de 21.11.2011**

**TAQUIGRAFIA
REVISÃO-REDAÇÃO**

77 que esse saldo financeiro atinja o patamar de 2 bilhões e 760 milhões. Elogiou a
78 administração do Macaeprev, de ter muito cuidado com a aplicação dos recursos para
79 que sempre haja a evolução desse patrimônio dos aposentados e pensionistas. Comentou
80 que, se não lhe falha a memória, até 2036, o regime próprio de previdência em Macaé é
81 um regime superavitário. Os aposentados e pensionistas têm pelo menos tranquilidade
82 garantida até 2036; e é óbvio que, a partir de 2036, ele vai continuar superavitário, mas
83 é uma projeção que se faz com alguma segurança. Ainda no Anexo de Metas Fiscais,
84 exibiu o quadro de estimativa e compensação da renúncia de receita, no caso de
85 algumas isenções. São mensurados os tributos que serão objetos de renúncia fiscal,
86 identificando os valores do exercício financeiro de 2021 a 2023. Explicou que essa
87 compensação está no Artigo 14 da LRF. Exibiu e explicou *slide* da margem de expansão
88 das despesas obrigatórias de caráter continuado. Explicou que o Anexo de Metas Fiscais
89 tem um número grande de páginas, não consegue mostrar tudo, mas disse que esse é o
90 modelo em que se tem a meta e a prioridade, e o produto que essa meta apresenta. Falou
91 aos vereadores que podem analisar o relatório com bastante tranquilidade e sugerir, se
92 for o caso, alguma explicação ou modificação. Falou do cenário macroeconômico, que,
93 no Anexo das Metas Fiscais, é preciso demonstrar como chegam a esses valores; e
94 como fonte há a receita corrente e a projeção de receitas elaboradas pela Secretaria
95 Municipal de Fazenda, que fornece a sua estimativa de arrecadação para o ano de 2021
96 e o ano subsequente; também trabalham com a evolução do PIB (de 2007 a 2017),
97 sempre tentando alcançar um nível mais próximo da realidade possível; trabalham com
98 a inflação e outras informações que não estão descritas no *slide*, e uma delas seriam os
99 riscos da própria arrecadação negativa, deficitária. Ainda sobre o Cenário
100 Macroeconômico de 2020 a 2023, exibiu o Boletim Focus do Banco Central, divulgado
101 em 13 de julho de 2020, que fala do IPCA e do PIB. Comentou que é desagradável ver
102 sinal negativo no ano de 2020 com uma projeção de queda do PIB, negativamente, de
103 até 6,5% em 2020, que dará impacto geral na economia nacional. No IPCA, há uma
104 projeção de subida de 1,72% (em 2020) para 3% em 2021; em 2022, a estimativa é de
105 3,5% e, em 2023, é de 3,25%. Mostrou *slide* da situação fiscal do Estado do Rio de
106 Janeiro, falando que não se pode esperar nenhum tipo de ajuda do Estado do Rio de
107 Janeiro, que tem bastante dificuldade de administrar seus próprios recursos e ele tem
108 estoque da dívida financeira de aproximadamente 177 bilhões e previsão de arrecadação
109 dessa dívida no valor de 63 bilhões. Falou que tem 177 para receber e conta em receber,
110 também é uma estimativa o valor de 63 bilhões. Falou que não vai sobrar muito para
111 poder fazer uma ajuda financeira aos municípios do Estado do Rio de Janeiro que
112 também passam por grande dificuldade. Dentro do cenário macroeconômico, exibiu
113 publicação do G1, com um cenário de queda de arrecadação de quase 33% em maio,
114 representando uma queda de aproximadamente 77 bilhões e meio, valores expressivos e

Página 3 de 14

Palácio do Legislativo Natálio Salvador Antunes
Rodovia Christino José da Silva Júnior, s/n. Bairro Virgem Santa
Macaé-RJ. CEP: 27.948-010
Telefone/Fax (022) 2772-4681
E-mail: secretaria@cmmacaee.rj.gov.br
Taquígrafa Legislativa: Eliane Viana Moreira Daher
Revisora: Isabela Figueira de Oliveira



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ**

**Macaé Capital do Petróleo
Lei Estadual nº 6081 de 21.11.2011**

**TAQUIGRAFIA
REVISÃO-REDAÇÃO**

que refletem nos estados e municípios. Disse que, no Valor Econômico, foi publicado que a arrecadação de ICMS no Rio de Janeiro caiu 31% em 8 semanas, até 25 de abril. A recuperação desses percentuais tem sido bastante sofrida e difícil. Explicou que o ramo mais afetado foi o de vestuário e calçados, cujo valor das notas fiscais caiu num patamar de 82%, ou seja, é um cenário bastante severo. Outro estudo do Brasil Econômico mostra que o PIB do Rio de Janeiro cairá 4,6% em 2020. Comentou que esse valor é muito e que, para subir um ponto percentual, é uma dificuldade. Para cair 5 foi rápido. Então, a arrecadação de impostos no Rio de Janeiro tem apresentado índices gigantescos e históricos. Voltando para a realidade de Macaé, a previsão inicial de estimativa de receita, oferecida pela Secretaria de Fazenda para 2021, é de R\$ 1.869.409.600,00 (um bilhão oitocentos e sessenta e nove milhões quatrocentos e nove mil e seiscentos reais). Houve um retrocesso na estimativa de arrecadação. Exibiu *slide* de comparativo entre os valores estimados dos orçamentos dos últimos 9 exercícios, que mostra que Macaé retrocedeu 8 anos na estimativa de receita, voltando a uma estimativa muito parecida com o ano de 2013. Falou que vinham em uma evolução de receita desde 2013, tendo uma arrecadação forte em 2015, outra forte estimativa em 2020. Exibiu quadro comparativo entre os valores da receita efetivamente arrecadada nos últimos 8 exercícios. Comentou que houve uma queda muito forte na crise de 2015 quando caíram 8,2 % em relação ao estimado. Em 2016, continuou caindo entre o estimado e o arrecadado em torno de 1%; em 2017, começou uma recuperação, chegando em 2018 a uma recuperação muito favorável na relação estimada e arrecadada, chegando a 21% de diferença. Em 2019, quase *acertaram na mosca*, a diferença entre o arrecadado e o estimado ficou em torno de 1%. Já em 2020, é uma incógnita. Até o mês de junho, Macaé teve uma arrecadação de aproximadamente 1.295.000.000,00 (um bilhão duzentos e noventa e cinco milhões) e, se continuar com a média mensal de arrecadação, provavelmente a meta de 2.300.000.000,00 (2 bilhões e 300 milhões) será batida. Espera que isso aconteça, mas o cenário que a Secretaria de Fazenda apresenta está muito nebuloso e acredita-se que essa estimativa de receita para 2020 não será alcançada, até porque muitas receitas são reflexos de 2 ou 3 meses anteriores. É possível que, a partir de julho, esse reflexo de bom comportamento da receita não se reflita no próximo semestre. Exibiu *slide* de gráfico comparativo entre os valores dos orçamentos dos últimos 7 exercícios. Mostrou *slide* de Principais Fontes de Recursos, onde constam os valores dos recursos próprios de aproximadamente R\$ 929.797.000,00 (novecentos e vinte e nove milhões setecentos e noventa e sete mil reais), que perfaz um total de 49,74% do orçamento; recursos de *royalties* de aproximadamente R\$ 467.000.000,00 (quatrocentos e sessenta e sete milhões de reais), que representam 25% da arrecadação para 2021 e, por último, os recursos vinculados no valor aproximado de R\$ 471.691.000,00 (quatrocentos e setenta e um milhões



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ**

**Macaé Capital do Petróleo
Lei Estadual nº 6081 de 21.11.2011**

**TAQUIGRAFIA
REVISÃO-REDAÇÃO**

seiscentos e noventa e um mil reais), perfazendo 25%. Portanto, o total geral de estimativa de receitas para 2021 é de aproximadamente R\$ 1.869.409.000,00 (um bilhão oitocentos e sessenta e nove milhões quatrocentos e nove mil reais). Exibiu relatório de participação percentual dos recursos próprios no financiamento das ações de governo por área (função) e explicou que gosta sempre de apresentar esse relatório porque, às vezes, as pessoas entendem que os recursos provenientes de fora são suficientes para sustentar a estrutura administrativa de Macaé. Explicou que, na Assistência Social, é feita a utilização de recursos vinculados em torno de 2%; *royalties* em torno de 33% e recursos próprios 65%. Na Saúde, recursos vinculados 12%, *royalties* 13% e recursos próprios 74,5%. Na Educação, recursos vinculados 32%; *royalties* 14% e recursos próprios 54%. Em seguida, iniciou a apresentação de indicadores municipais que mostram um pouco onde estão sendo aplicados os recursos e de que forma está sendo feito. Comentou que as pessoas sempre perguntam para onde está indo o dinheiro, então há indicadores que demonstram não só o trabalho das pessoas como também a aplicação dos recursos. Falou que o município tem 500 pescadores atendidos, sendo que, de 2018 para 2019, subiu 1,21%; jovens e adolescentes do Programa Nova Vida 163% de um ano para o outro. Falou que há também os beneficiários do Bolsa Família do governo federal que subiu 24%. Exibiu *slide* com gráfico de proporção de percentual de remanejamento e comentou que ele é bastante interessante; mostra que, em 2013, foram remanejados 41%, depois caiu para 28%, 23%, 10%, 9,59%, 15,44% e, em 2019, 15,32%. Comentou que isso se deve ao aprimoramento da elaboração dos instrumentos do planejamento, entre eles a LDO e a LOA. Falou que esses percentuais têm caído sistematicamente e lembrou-se do que falou no início, do artigo da LDO, que estão sistematicamente tentando diminuir o nível de remanejamento para ficar dentro daquele patamar que foi estabelecido de 20%. Isso se deve ao trabalho da equipe de Planejamento, que tem se esforçado muito para, cada vez mais, chegar mais próximo da realidade entre receita e despesa e a aplicação dos recursos. Falou que, este ano, irão extrapolar um pouco esses 15%, em função da crise que assola a todos. Exibiu *slide* com gráfico de alunos da Educação Infantil e disse que tem um número menor, de 2018 para 2019. Outro *slide* sobre turmas formadas pelos cursos de qualificação profissional do CETEP, que subiu, de 2018 para 2019, 68%; vagas de cursos oferecidos pelo CETEP em mais 10%. Falou que o número de vagas oferecidas para Guardas Municipais, de 2018 para 2019, subiu 730% e estão hoje com um número bastante significativo. O número de Guardas Sêniores Municipais subiu 27%. Mostrou *slide* de coleta de lixo que subiu, de 2018 para 2019, em torno de 14%. Exibiu itens referentes à modernização e evolução tecnológica da SECPLAN nos últimos anos e citou o SISGESTÃO PÚBLICA, que trabalha com todo o conceito de gestão da Secretaria de Planejamento no que diz respeito às alterações orçamentárias. Falou da qualidade das informações



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ**

**Macaé Capital do Petróleo
Lei Estadual nº 6081 de 21.11.2011
TAQUIGRAFIA
REVISÃO-REDAÇÃO**

191 publicadas nos jornais, a informação melhorou bastante, sendo elogiada por vários
192 vereadores desta Casa. Falou que hoje informam de onde está saindo o recurso, qual é o
193 programa de trabalho, o valor e para onde ele está indo. Então, ele está saindo da
194 Secretaria de Serviços Públicos, no programa de trabalho e manutenção de serviço
195 administrativo, isso é só um exemplo, 2 milhões e seiscentos mil, e estão sendo
196 reforçadas as despesas de manutenção de iluminação pública na própria secretaria, para
197 a manutenção de iluminação pública das unidades administrativas, escolares e de saúde.
198 Explicou que tiraram de um lugar e colocaram em outro e falou que há explicativo para
199 que não haja dúvida de onde está saindo e para onde está indo, para que as pessoas
200 saibam de que forma é feito esse remanejamento, para que não haja nenhuma dúvida;
201 voltou a exibir *slide* do gráfico de proporção de percentual de remanejamento, dizendo
202 que a Secretaria tem aprimorado a técnica para chegar a um nível negativo de cair o
203 nível de remanejamento. Sobre Sistema de Emendas Parlamentares, comentou que os
204 vereadores já conhecem bem esse sistema e eles têm feito uso bastante consciente dessa
205 ferramenta, que tem ajudado bastante o Executivo e o Legislativo porque essas
206 Emendas chegam de forma clara, transparente e bem objetiva. Falou que o sistema foi
207 feito através de termo de cooperação de 2019. Estão trabalhando o SISLOA, que é um
208 sistema de elaboração da LOA. Expôs que agora não recebem mais papel da Secretaria,
209 e sim mídias digitais; e a Secretaria de Planejamento, através da estimativa de receita,
210 distribui, de forma global, o valor das suas fontes de recursos. E as secretarias informam
211 detalhadamente onde vão aplicar essas receitas e de que forma vão usá-las para as suas
212 despesas. Falou que o SISLOA promove, cada vez mais, a proximidade do que é
213 estimado como receita e aquilo que é fixado como despesa. No ano passado, também foi
214 implantado o GED Macaé, que é Gestão Eletrônica de Documentos. No primeiro passo,
215 estão trabalhando com a digitalização. Fizeram no sentido contrário: trabalharam em
216 2018, vão trabalhar 2017 até chegar 2012, quando encontram com outros trabalhos,
217 feitos anteriormente, e estão concomitantemente evoluindo, já fazendo 2019. São 2
218 trabalhos paralelos que vão executar para chegar a um objetivo. O interessante desse
219 trabalho é que ele está sendo executado por 2 coordenadores e 12 meninos do Projeto
220 Nova Vida. Foi uma grata surpresa a evolução desses meninos com relação à
221 tecnologia, não tendo nenhuma dificuldade de trabalhar com *scanner*, com tratamento
222 de imagem. De julho a dezembro de 2019, já fizeram 5.768 processos, totalmente
223 digitalizados. Há processos pequenos e outros com 10 a 15 volumes, cada um com 100
224 a 200 páginas. Em 2019, também foi implantado o Laboratório Inova em Macaé, no que
225 tange à inovação em Gestão Pública. Explicou que é ambiente seguro, controlado, que
226 permite a inovação pública municipal, com a filosofia de disseminar a cultura de
227 inovação e gerar toda a estratégia e desenvolvimento de projetos públicos. Falou que
228 estão trabalhando com ferramentas modernas de imersão, ideação, prototipagem. Expôs

Página 6 de 14



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ
Macaé Capital do Petróleo
Lei Estadual nº 6081 de 21.11.2011
TAQUIGRAFIA
REVISÃO-REDAÇÃO

229 que o Inova Macaé já trabalhou com a SEMUSA no sistema de barreiras sanitárias;
230 realizou diversas assessorias para melhoria da organização de vários órgãos públicos;
231 construiu com a Assistência Social o sistema de controle de duplicidade de cestas
232 básicas; capacitou mais de 300 servidores públicos; criou o NTM, que é um aplicativo
233 móvel que se chama “Educação não para”; conquistou o primeiro lugar no prêmio
234 TransformaGOV na categoria Laboratórios de inovação em gestão pública. Sobre o
235 GEO Macaé, falou que é um projeto mais antigo, mas que teve toda sua estrutura
236 tecnológica renovada, é o sistema de informações geográficas que tem por objetivo o
237 mapeamento ostensivo do território municipal. Sobre futuras inovações, falou do
238 SISIPLA, para trabalhar fazendo as audiências públicas do PPA, LDO e LOA, de forma
239 virtual, utilizando as ferramentas hoje disponíveis. Acha que não vai dar tempo de
240 implantar este ano, mas a semente ficará plantada para que o município possa dar
241 continuidade a isso. Também falou dos Sistemas Internos em Fase de Desenvolvimento,
242 como a NSD - Eletrônica e o pedido de suplementação eletrônico – PSE. Explicou que
243 esses dois sistemas estão quase terminados, em fase de testagem e serão implantados,
244 provavelmente, no final de agosto, para que deixem essas 2 ferramentas importantes
245 para a próxima administração. Tudo isso visa a um único objetivo para 2021, que é a
246 implantação do processo eletrônico. Falou que pretendem deixar essa estrutura montada
247 para que a Prefeitura de Macaé possa seguir no processo de implantação do processo
248 eletrônico 100%. É uma pretensão audaciosa, mas a semente já está plantada; agora, é
249 adubar e regar para ela florescer e dar bons frutos. Por último, expôs que “as novas
250 diretrizes da Administração Pública terão êxito na medida em que forem baseadas no
251 planejamento, na austeridade, na transparência e na inovação”. Exibiu *slide* com
252 endereços, *e-mail* e telefone da SECPLAN (Secretaria Municipal Adjunta de
253 Planejamentos). Encerrou a apresentação dizendo que toda a equipe de Planejamento
254 está à disposição. O Sr. Presidente, Dr. Eduardo, franqueou a palavra aos Vereadores. O
255 Vereador Alan Mansur perguntou ao Secretário José Manuel o que podem esperar para
256 o próximo ano, com a pós-pandemia, com relação aos recursos e os investimentos do
257 município. O Secretário José Manuel respondeu que é uma filosofia da Secretaria de
258 Planejamento atender a todas as demandas da melhor forma possível, mas a expectativa
259 da estrutura de 2021 é uma incógnita e tudo vai depender, fundamentalmente, da
260 recuperação da economia. Expôs que, na região, estão vendo uma desmobilização de
261 algumas plataformas por parte da Petrobras. Isso significa queda na produção. Há
262 alguns componentes importantes na obtenção dos *royalties*: a variação cambial com a
263 produção e o preço do barril de petróleo. Este ano, o preço do barril de petróleo chegou
264 a 24 reais. E, em alguns mercados, o preço do petróleo ficou negativado porque
265 ninguém queria comprar e, como foi mostrado no gráfico, Macaé depende 25% dos
266 recursos do petróleo. Expôs que a situação de Macaé vai depender da recuperação da

Página 7 de 14



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ
Macaé Capital do Petróleo
Lei Estadual nº 6081 de 21.11.2011
TAQUIGRAFIA
REVISÃO-REDAÇÃO

267 economia como um todo e não é uma previsão fácil. O Vereador Paulo Antunes
268 comentou que todos estão preocupados com a retomada em 2021. Sobre o gráfico
269 previsto para a arrecadação em torno de 1 bilhão 869 milhões, voltando ao que era o
270 orçamento em 2013, disse que é um retrocesso de 8 anos. A Câmara está muito
271 preocupada com o futuro da cidade pós-pandemia e isso vai demorar muito tempo.
272 Hoje, leu no jornal a informação de que as vacinas contra a covid estão bem avançadas
273 e espera que saiam o mais rápido possível, para que a economia possa ajudar o
274 Município de Macaé na sua retomada em 2021. Defendeu que José Manuel é um
275 Secretário diferenciado, pois ele vem a esta Casa, não precisando ser chamado. O
276 mesmo ocorre com o Prefeito Aluizio, que está sempre conversando com os vereadores,
277 sempre no Gabinete do Presidente. Ninguém nunca convocou o Secretário de
278 Planejamento para vir à Câmara ou participar de audiência, ele é sempre convidado e
279 atende prontamente. Perguntou quanto Macaé perdeu, aproximadamente, em termos
280 percentuais, na arrecadação dos meses de abril, maio e junho. José Manuel Alvitos
281 Garcia respondeu que não tem os valores absolutos, mas a perda de arrecadação já passa
282 de 20%. Paulo Antunes disse que o orçamento aprovado foi de 2 bilhões e 300; se
283 retirar esses 20%, é preocupante; então, é preciso ter a cabeça no lugar, principalmente
284 o Poder Legislativo, olhando a retomada e a economia para 2021. Parabenizou a forma
285 como o município está sendo conduzido nesta epidemia. Lembrou que o município e o
286 país sofreram com a crise em 2015 e 2016, agora aparece a pandemia, que acabou com
287 os empregos, provocou a fome, matou muitas pessoas. Espera a retomada o mais rápido
288 possível. Ficou satisfeito com a explanação de Jose Manuel, que disse que, no primeiro
289 semestre, Macaé arrecadou aproximadamente 1 bilhão 295 milhões. Espera que possam
290 chegar bem próximo do que foi aprovado nesta Casa, do orçamento total, para que não
291 seja tão ruim para o próximo ano. José Manuel Alvitos Garcia disse que, na sua
292 filosofia, os poderes têm que trabalhar em harmonia. Falou que, em outra esfera, tem-se
293 encontrado algumas dificuldades entre a harmonização dos poderes, mas o Município de
294 Macaé tem dado exemplo desse compromisso de trabalhar em harmonia entre Executivo
295 e Legislativo para superar a crise; ninguém resolve problema sozinho. O Executivo sem
296 o Legislativo não consegue aprovar tudo o que recebem, estudam, analisam, modificam
297 e devolvem; nada melhor do que trabalhar harmonicamente para que os objetivos sejam
298 alcançados. Com relação a sua participação e a de sua equipe nas audiências, falou que,
299 nesses 8 anos, só de LDO e LOA já foram 16 e ainda tem as audiências do PPA e outras
300 em que estão sempre presentes. Acha que é preciso que estejam presentes mesmo, pois,
301 se elaboraram os planos para apreciação, modificação e aprovação dos vereadores, é
302 preciso explicar para os vereadores o que fizeram. Se fazem alguma coisa e não
303 mandam para que os vereadores apreciem, não tem sentido nenhum; é preciso estar aqui
304 para explicar, tirar dúvidas e harmonizar sempre que possível. Maxwell Vaz declarou



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ**

**Macaé Capital do Petróleo
Lei Estadual nº 6081 de 21.11.2011**

**TAQUIGRAFIA
REVISÃO-REDAÇÃO**

que José Manuel sempre foi um Secretário democrático, ele realmente comparece às sessões da Câmara e audiências públicas, posiciona-se e recebe muito bem as críticas como uma colaboração, e isso é interessante. Disse que analisou o projeto e viu uma alteração no Anexo das Metas e Prioridades em relação ao projeto do ano passado e achou mais interessante, pois relacionou-se produto e, na meta fiscal, foi colocado valor. Reconheceu que o Secretário implantou nas publicações do remanejamento uma nova modalidade, muito mais fácil; sempre tem esse costume, fazer exercício de vereança, de olhar as publicações, acompanhar os remanejamentos orçamentários e fazer observações do seu ponto de vista, e sempre teve um trabalho muito grande de fazer isso, pois tinha que ficar recorrendo aos códigos, e José Manuel implantou uma forma didática que facilitou o trabalho do vereador que acompanha os remanejamentos. Sobre as perguntas, disse que, na página 3/13 dos anexos de metas fiscais, tem publicação de atos oficiais de 277 mil. *É necessário ainda manter esse valor, considerando que a publicação agora é digital?* Disse que outro questionamento diz respeito ao comentário do Secretário de que a coleta de lixo aumentou e, se for assim, está desproporcional porque a população foi diminuída, o consumo, e assim era para reduzir a coleta de lixo. Gostaria de receber dados mais completos sobre essa questão e fazer um estudo para que tenham uma média de geração de resíduos sólidos por habitante, e queria entender o que aconteceu, que evolução foi essa que gerou custos. O terceiro questionamento é em relação ao anexo de metas fiscais no que diz respeito ao tributo IPTU e isenção; vai precisar fazer uma emenda e pedir apoio do Secretário porque só foi colocada a isenção social e se esqueceram da isenção do sistema de geração de energia fotovoltaica, que está prevista no código tributário, e uma outra que é da parte da Cultura, parece que vai sair uma lei sobre alguma coisa da Cultura em relação ao ISS; mas especialmente a questão fotovoltaica, que tem a previsão clara no código tributário, e pelo que viu foi esquecida. Falou que vai emendar e pedir apoio do Secretário. Fez consideração de um desafio que vai até o próximo governo, que é a estimativa de arrecadação diminuída em aproximadamente 447 milhões. Perguntou se o Planejamento fez algum plano de ação em relação à recuperação de alguns desses itens que foram considerados como em declínio. José Manuel Alvitos Garcia respondeu que o evento da passagem de uma mídia escrita para uma digital transcorreu depois que já tinham elaborado o instrumento da LDO. Explicou que ainda permanece em função disso, mas provavelmente esse valor não vai ser contemplado; essa despesa já não existe mais, uma iniciativa de inovação da Prefeitura de Macaé que satisfaz muito, até porque são os *pães-duros* da prefeitura, e onde quer economizar, a todo custo, qualquer recurso que esteja disponível dentro do orçamento. No que diz respeito ao aumento da coleta de lixo, esses dados estão disponíveis nos indicadores do planejamento estratégico com a Gisele e isso pode ser detalhado. Esclareceu que essa informação se refere ao exercício de 2019, que fizeram



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ**

**Macaé Capital do Petróleo
Lei Estadual nº 6081 de 21.11.2011**

**TAQUIGRAFIA
REVISÃO-REDAÇÃO**

343 um retrospecto com relação a fechar o exercício de coleta de lixo para não trabalhar
344 com mês picado nesse aspecto. Então, essa informação está mês a mês para o relatório
345 do planejamento estratégico e o vereador pode solicitar e será informado devidamente,
346 não só esse indicador, mas qualquer outro que ele desejar. A Secretaria de Patrimônio é
347 que está administrando esse sistema, fazendo um trabalho sensacional na coleta de
348 indicadores que ajudam muito a Secretaria de Planejamento a projetar os orçamentos
349 dos anos seguintes. Sobre a pergunta de isenção, vai verificar e, se não tiver
350 contemplado essa isenção, ela vai ser anotada e corrigida. Disse ao Vereador Maxwell
351 Vaz que a modificação do relatório das metas fiscais foi sugestão do vereador, foi uma
352 crítica construtiva que receberam no passado e corrigiram em função da informação do
353 Vereador Maxwell. Cristiano Gelinho falou que o Secretário José Manuel é muito
354 didático e é um secretário exemplar para esta Casa, e só se ouve muito bem dele. *Com*
355 *esse déficit de quase 500 milhões no orçamento de Macaé, quais as secretarias que*
356 *mais sofrerão nesse impacto?* José Manuel Alvitos Garcia elogiou sua equipe, que está
357 sempre buscando a melhoria da qualidade de seu serviço. Respondendo à pergunta do
358 Vereador, disse que *vai sobrar para todo mundo* e vão sofrer mais aquelas secretarias
359 maiores, que são as que têm recursos maiores. Falou que, na apresentação da LOA, os
360 vereadores terão a oportunidade de ver qual será o patamar de decréscimo de cada
361 secretaria e cada uma terá que perder um pedacinho. Os *royalties* que serão distribuídos
362 para a Secretaria de Educação, evidentemente, serão reduzidos, sendo necessário
363 enorme esforço para contemplar todos os seus programas. Essa perspectiva é ruim para
364 todos. Claro que existem índices constitucionais aos quais precisam atender: 25% para a
365 Educação e 15% para a Saúde. Falou que eles têm sempre ultrapassado esses índices,
366 mas ano que vem é um ano diferenciado e todo mundo terá que fazer um pouco de
367 sacrifício para espremer o orçamento e poder contemplar todos, de alguma forma, para
368 que ninguém fique prejudicado; esta é sua visão, mas terão novo governo. Marcel
369 Silvano disse que reforça as falas em relação à disposição de José Manuel e seu
370 respeito. Falou sobre a parte em que José Manuel fala: “Agora vocês vão entender para
371 onde vai o dinheiro” e, então, o secretário apresentou uns dados, umas porcentagens
372 que, para sua pessoa, não ficou muito claro para saber: *o que estava previsto para*
373 *Execução eram tantos milhões e foram executados tantos milhões, e não foram*
374 *executados tantos por causa disso ou daquilo.* Registrou que o Conselho Municipal de
375 Assistência Social solicitou a inscrição para participar da audiência pública com direito
376 à fala, como se estivessem no plenário. No *YouTube*, é a pergunta escrita que faziam no
377 plenário da Câmara e o microfone é o *link* que possuem para fazer a fala. Além do
378 Conselho de Assistência Social, outros setores também solicitaram participar para fazer
379 suas intervenções, mas o entendimento é que seria o momento adequado à discussão da
380 LOA, não adianta polemizar sobre isso. *Por que não se consegue executar o orçamento*

Página 10 de 14



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ

Macaé Capital do Petróleo
Lei Estadual nº 6081 de 21.11.2011
TAQUIGRAFIA
REVISÃO-REDAÇÃO

381 da Assistência Social? Disse que, no início da pandemia, o município não conseguia
382 comprar a cesta básica nem apresentar um auxílio assistencial consistente para as
383 pessoas mais pobres. Os CRASs não têm o suporte para fazerem reformas e se
384 reestruturarem; e há, lá, 6 milhões, não só de recursos próprios, mas também de
385 recursos vindos do governo federal; são 6 milhões que não são executados para ações
386 mais básicas da ação social. *Por que não conseguem ver o que é previsto no orçamento*
387 *e está na LOA, em alguns quadros de metas, a manutenção de espaços públicos, praças*
388 *e terminais? Por que isso não acontece e não conseguem trocar um alambrado de*
389 *praça? Por que na Educação não conseguem fazer, de uma forma regular, até*
390 *fevereiro, a chamada pública para aplicar os recursos que já vêm do governo federal*
391 *também para adquirir os produtos da agricultura familiar, para utilizar na merenda*
392 *escolar? O que acontece que isso não funciona? E até hoje não foi feita a chamada*
393 *pública. No ano passado, se não me engano, foi feito em outubro. Por que além do*
394 *custeio, novos investimentos, novos projetos, poderiam agora estar sendo feitos,*
395 *alguma forma, editais públicos, festivais on-line, auxílio para trabalhadores da*
396 *cultura? Por que não conseguem executar os orçamentos da Assistência, da Cultura, da*
397 *merenda escolar da forma específica? Da reforma de praças e terminais? Qual é a*
398 *grande dificuldade se isso já está previsto nas peças, tanto LOA quanto LDO? Por que*
399 *não conseguem ver isso sendo executado?* José Manuel Alvitos Garcia explicou que
400 aqueles indicadores que foram apresentados são de ações, não foram apresentados
401 recursos aplicados, até porque esta audiência não comporta esse tipo de explanação. Nas
402 próximas apresentações dos relatórios quadrimestrais, já terão a informação completa,
403 que será apresentada pela Secretaria de Fazenda, com a Controladoria Geral, e terão o
404 detalhamento geral desses gastos na sua execução. Sobre o questionamento do Vereador
405 Marcel Silvano quando diz: “o recurso está lá, a despesa está contemplada e não é
406 executada”, pediu desculpas, mas não pode entrar no mérito da gestão de cada
407 secretaria. Falou que fazem o possível para dotar as unidades orçamentárias de recursos
408 para executar suas despesas, mas, infelizmente, diversos problemas acontecem no
409 âmbito da administração pública, e a gestão pública, às vezes, não contempla aquela
410 necessidade da população. Tem toda a disposição para responder, mas, quando se trata
411 da individualização da gestão, não pode chegar nesse detalhe. Quanto à cultura, disse
412 que estão acabando de promover formulário para cadastrar todos os artesãos e artistas
413 do município para receberem a verba que foi destinada pelo governo federal. A
414 Secretaria de Planejamento participa, de alguma forma, na ajuda para que o recurso seja
415 aplicado da melhor forma possível, no melhor lugar possível; mas a gestão do recurso
416 propriamente dito não pode opinar pois estaria cometendo uma heresia. O Presidente
417 franqueou a palavra ao Contador da Câmara. Com a palavra, Sr. Claudio de Freitas
418 Duarte, Contador da Câmara Municipal de Macaé, disse que está preocupado com a

Página 11 de 14



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ
Macaé Capital do Petróleo
Lei Estadual nº 6081 de 21.11.2011
TAQUIGRAFIA
REVISÃO-REDAÇÃO

419 previsão do patamar do orçamento de 2021 voltar para o patamar de 2013 por conta do
420 cenário da covid. Houve redução da receita própria na ordem de mais ou menos 30%.
421 Falou que vai esperar o desenrolar do ano para saber como ficará essa previsão.
422 Comentou que viu que a principal área que será afetada será a de investimentos, e que a
423 Folha da prefeitura está batendo 1 bilhão e 100 e, assim, sobrar bem pouco para a área
424 de investimentos, e já tem os trâmites legais da Educação em 25% e Saúde em 15%.
425 Todos os setores devem sofrer e vai torcer para que a retomada da economia seja forte.
426 José Manuel Alvitos Garcia disse que, solidariamente, a Câmara também vai sofrer no
427 corte de suas despesas. Então, assim como a Saúde e a Educação vão minimizar seus
428 programas de trabalho, a Câmara também vai ter que se adequar à nova realidade. Torce
429 para que esse não seja o orçamento real e que seja muito melhor para 2021. Para isso,
430 existe um dispositivo dentro do orçamento que permite o ingresso de novas receitas,
431 através da suplementação de excesso de arrecadação por novos convênios que a
432 prefeitura faça ou por recursos que venham de fora. Torce para que o orçamento de
433 2021 seja mais representativo do que está sendo estimado, apresentado no papel hoje.
434 Marcel Silvano pediu ao secretário que comentasse a expectativa em relação à decisão
435 do STF sobre a redistribuição dos *royalties*, para quando retornarem as atividades. José
436 Manuel Alvitos Garcia falou que, se for distribuído para todos os 5.500 municípios do
437 Brasil o que é recebido hoje de *royalties* pelos municípios litorâneos, *estarão*
438 *distribuindo nada para todo mundo*. Então, além da crise que está instalada, irão piorar
439 muito mais aqueles municípios que dependem do repasse do petróleo e não vão resolver
440 os problemas dos outros municípios. Maxwell Vaz comentou que, quando Marcel
441 Silvano questionou a execução orçamentária através do Planejamento, expôs que fica
442 assim: a Secretaria de Planejamento se esforça, faz uma peça de planejamento
443 orçamentário, mas para outro executar, e não tem controle sobre isso; foi o que o
444 Secretário falou e fica cabendo exclusivamente ao Secretário tomar as providências e
445 executar. *Não executou por que, se tem o orçamento?* Disse que outra coisa que
446 acontece no meio do caminho é o remanejamento orçamentário; muitos secretários
447 reclamam que o orçamento deles foi reduzido nos remanejamentos, até mesmo sem o
448 conhecimento deles. Então, o planejamento é muito impactado no dia a dia e acha que é
449 preciso ter uma ferramenta mais moderna, além de capacitar o gestor público para
450 trabalhar com orçamento e planejamento. O Sr. Presidente, Dr. Eduardo, disse que já foi
451 Secretário de Saúde e um dia fez orçamento e o Secretário de Governo falou que o
452 orçamento da Saúde seria reduzido em 40%. Falou que estava com o orçamento
453 preparado, planejado, estabelecido e teve, durante o 4º e 5º mês, a informação de que
454 seria reduzido em 40%, isso é complicado. Seria necessário ter uma ferramenta que,
455 minimamente, garantisse esse orçamento; a não ser que viesse outra pandemia, afetando
456 o orçamento da Saúde, e nesse caso até entende. José Manuel Alvitos Garcia respondeu

Página 12 de 14



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ

Macaé Capital do Petróleo
Lei Estadual nº 6081 de 21.11.2011

TAQUIGRAFIA
REVISÃO-REDAÇÃO

que essa situação do jeito que o Vereador Maxwell Vaz citou não acontece mais. Todo remanejamento é autorizado pelo secretário; há alguns remanejamentos que são solicitados pelo prefeito, mas, independente disso, os secretários são consultados para saber se aquela verba que vai ser reduzida já não está comprometida com algum projeto futuro. Então, não adotam a filosofia que existia antigamente de que o orçamento não pertence ao secretário nem à secretaria. Falou que os secretários e as secretarias se esforçam para elaborar seu orçamento, montando seus programas de trabalho; e não é bom fazer bagunça nos orçamentos encaminhados pelas secretarias, tanto é que eles é que definem o que vão colocar em cada programa de trabalho porque são eles que sabem onde *o sapato aperta o calo*. Então, essa possibilidade hoje já não existe e respeitam o que é definido pelas secretarias. Quando existe uma necessidade premente de fazer um remanejamento, os secretários são consultados e respondem oficialmente através de ofícios digitais. É um aprimoramento da Administração Pública, também uma harmonia entre as Secretarias de Planejamento e Fazenda, que disponibilizam os recursos, e as demais secretarias, que executam os seus orçamentos. O Sr. Presidente, Dr. Eduardo, comentou a pergunta de Cláudio de Freitas Duarte, Contador da Câmara, sobre as dificuldades e como será a vida em 2021 com a receita própria, que é a que mais afeta a Câmara; seja qual for o presidente desta Casa em 2021, já estão discutindo viabilidades, planejando 2021 da Câmara, e, com certeza, já possuem todo esse planejamento pronto para cerca de 40% de corte no orçamento, mas seria muito bom se a Prefeitura definisse antes uma previsão bem real para evitar que, nesse momento de eleição, pessoas comecem a prometer fantasias, ilusões, que vão agravar a situação de quem quer que seja que vá assumir um orçamento bem debilitado. Então, se a prefeitura define que o orçamento vai ser bem espremido e publica isso, evita-se vender ilusões para o eleitor. *O que se pode prometer para o servidor em 2021? Nada. O próprio governo federal já cancelou qualquer aumento ao servidor.* Agradeceu ao Secretário José Manuel e disse que ele poderia dar curso para outros secretários que querem se esconder de sua pessoa. Pediu para José Manuel falar aos secretários para virem à Câmara, porque *aqui ninguém morde*. Falou que José Manuel não tem dificuldades de comparecer à Câmara, mas outros têm; fica apavorado com a blindagem e isso faz até desconfiar de que haja algum problema oculto. Aprendeu a respeitar José Manuel quando contrataram um rapaz de Rio Bonito para fazer o orçamento de Macaé e, quando o orçamento chegou à Câmara, foi um desastre, e pediu ao prefeito para demitir o rapaz e contratar outro porque o rapaz não tinha experiência. O prefeito teve que demitir e mandar fazer outro orçamento. Mais uma vez, agradeceu a José Manuel, reiterando que é um prazer recebê-lo. Agradeceu também aos vereadores e pediu desculpas pelo fato de a audiência não ser de forma presencial e com a presença da população, o que tornaria mais atrativo o debate político. José Manuel Alvitos Garcia

Página 13 de 14



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ**

**Macaé Capital do Petróleo
Lei Estadual nº 6081 de 21.11.2011
TAQUIGRAFIA
REVISÃO-REDAÇÃO**

495 fez uma correção em relação ao recurso da Secretaria de Comunicação, no que diz
496 respeito à publicação de atos oficiais, e deu o exemplo de recursos repassados pelos
497 governos federal e estadual e que precisam ser publicados em mídia impressa. Então,
498 alguns recursos ainda vão ser despendidos para essa despesa, mas 98% desses recursos
499 eram do município, então, não há muito problema com relação a isso. O Sr. Presidente
500 disse que ia perguntar quais mídias são necessárias publicar no Diário Oficial do Estado
501 e da União e que tem um recurso para isso. José Manuel Alvitos Garcia explicou que
502 esse recurso que o Vereador Maxwell Vaz citou não vai ser totalmente retirado da LOA
503 para o exercício de 2021, em função dessa exigência legal de publicação nos meios
504 oficiais para repasse da União e do Estado. O Sr. Presidente disse que não são
505 publicações baratas, é mais caro do que na imprensa privada. Agradeceu a presença de
506 todos. Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente, em nome de Deus, encerrou a
507 Audiência Pública, determinando a lavratura da presente Ata, conforme segue,
508 regimentalmente assinada, estando a gravação integral da sessão à disposição em meio
509 digital.

Edueee